

EDITORIAL

A *Educação em Revista*, em seu volume 13, número 01 de 2012 apresenta sete artigos que realizam discussões acerca da educação na atualidade, especialmente considerando a reflexão de três deles que se concentram no Plano Nacional de Educação. É momento oportuno para debates e discussões que se voltem às iniciativas do governo no que tange a estratégias para atingir as metas estabelecidas para uma educação de qualidade e para o cumprimento do efetivo ensino/aprendizagem. Na verdade, vale questionar e refletir sobre tais questões, pois é duvidoso que planos e metas praticamente universais valham para todos os cantos do Brasil. O leitor poderá refletir sobre as metas estabelecidas, mas não somente isso; que vão além elaborando seu espaço no cotidiano escolar e, concomitantemente, questionando até que ponto as estratégias governamentais possibilitam qualidade nas escolas que temos. Como lidar com as metas e a precariedade na escola pública? Esta precariedade afeta, hoje, a estrutura física e nos trabalhos educacionais, desmoralizados e desprestigiados.

Tudo leva a crer que nas lutas pelo orçamento, mais uma vez, as políticas sociais ficarão com recursos abaixo do que seria necessário; por sua vez, determinadas frações do capital como os donos da dívida pública, as empreiteiras e o agronegócio, que dominam o Estado brasileiro, se apropriarão dos fundos públicos. É preciso reconhecer também que o Plano Nacional de Educação tem como princípio a “pedagogia das competências”, isto é, a formação e a qualificação de trabalhadores flexíveis, pró-ativos, com os conhecimentos, atitudes e habilidades demandadas pela acumulação flexível. Mas é preciso ponderar que nem todas as escolas serão nutridas pela “pedagogia das competências”. Conviverão lado a lado, como nos mostram os estudos de Acácia Kuenzer, escolas para o paradigma das competências com escolas do paradigma taylorista-fordista. Num país que realizou uma revolução incompleta e conservadora, que formou um sistema escolar que não inseriu as massas trabalhadoras nas escolas, é pouco provável que no contexto atual, de uma contrarrevolução conservadora, nosso povo tenha acesso a uma escola digna, emancipatória, voltada para o desenvolvimento do ser humano.

No primeiro texto temos a discussão do Deputado Federal, Ivan Valente (PSOL) com o texto “PNE: a luta pela garantia dos 10% do PIB”, que foi apresentado

na UNESP-Marília em junho de 2012, como parte dos debates sobre o Plano Nacional de Educação. Este texto apresenta o debate acerca do estabelecimento das 20 metas que o país deve atingir na área da educação no prazo de 10 anos. Entre elas estão o aumento do atendimento em creche, a melhoria da qualidade da educação, o crescimento do percentual da população com ensino superior; a equiparação da remuneração dos professores com a de outros profissionais com formação superior; a erradicação do analfabetismo; e a oferta do ensino em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas. Além disso, introduz o debate acerca da aprovação de forma escalonada dos 10% do PIB, o que, segundo o deputado, não garante por si só a melhoria na qualidade da educação.

No segundo capítulo o leitor terá contribuições de Daniel Cara, Coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação com seu texto “Por que 10% do PIB para a educação pública? A posição da Campanha Nacional pelo Direito à Educação”, que também foi apresentado em Marília. Cara discute e defende a efetivação dos 10% do PIB direcionados à educação. Os recursos públicos, se bem administrados, podem garantir tanto a quantidade quanto a qualidade educacional no território brasileiro. Com o objetivo de demonstrar a fragilidade dos argumentos do Governo Federal em sua defesa mal argumentada de um patamar rebaixado de financiamento da educação, em agosto de 2011, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação divulgou a Nota Técnica “Por que 7% do PIB para a educação é pouco? Cálculo dos investimentos adicionais necessários para o novo PNE garantir um padrão mínimo de qualidade”.

O terceiro artigo, de Helder Nogueira Andrade, “Reflexões sobre o trabalho docente no Plano Nacional de Educação: Limites e perspectivas para remuneração e carreira do magistério nas metas 17 e 18”, traz em destaque que uma das grandes prioridades do novo Plano Nacional de Educação é tratar das questões que versam sobre o trabalho docente. No Brasil é urgente o reconhecimento e o aumento salarial dos profissionais da educação, em especial os professores, os quais têm enfrentado novos desafios na convivência em sala de aula e em outras atividades na escola pública.

Com contribuições importantes, o quarto artigo dos autores Jonas Bach Junior, Marcelo da Veiga e Tânia Stoltz, intitulado “Educação, liberdade e sociedade em Paulo Freire e Rudolf Steiner”, apresenta as convergências e divergências entre Paulo Freire e Rudolf Steiner em suas concepções de educação, liberdade e sociedade; a compreensão do todo social, passando pelas partes, é essencial para a constituição do homem em meio a seus iguais.

O quinto artigo, de Rosana Socorro Cavalcante de Souza Dutra “O Conselho Escolar como instrumento de articulação e mediação da gestão democrática em escolas municipais de Manaus”, destaca a importância do Conselho Escolar como um órgão colegiado composto pela comunidade escolar, representantes de pais, alunos, professores, funcionários administrativos e por representante da comunidade local. Nesse sentido, contemplando a discussão proposta neste volume, valoriza o espaço

escolar em particular como ambiente real e de comprometimento de todos os seus atores, estes próximos legitimamente dos problemas e desafios ali encontrados no cotidiano e como promotor da Gestão Democrática.

No sexto artigo, de autoria de Ricardo Coelho “A construção da autonomia expressiva através da prática artística”, o leitor depara-se com outro cotidiano educacional: uma associação beneficente, com crianças de 7 a 14 anos, em uma comunidade carente, na periferia leste da cidade de São Paulo. Este texto apresenta de maneira menos formal algumas das experiências do autor junto ao Projeto Vida Nova, o qual pode ser melhor conhecido a partir de seu relato.

O sétimo artigo, escrito coletivamente por Amauri Rogério Christovam, Caroline Thomazelli, Karol Conti Frabetti, Laísa Aparecida Moretto e Nilma Renildes da Silva sob o título “Educação para a sexualidade: intervenção em um grupo de adolescentes assistidos pelo CRAS, a partir de suas representações sociais em relação às DST/AIDS”, discute com pertinência a educação para a sexualidade. Comumente temos dificuldade para tratar deste assunto em família ou na escola. Este artigo possibilita o enfrentamento diante desta dificuldade e a urgência em se tratar das doenças sexualmente transmitidas entre adolescentes, a partir de suas representações sociais.

Por fim, o leitor é contemplado com uma resenha elaborada por Adriana Torquato Resende. A autora apresenta a obra de Peter Gay, “Represálias selvagens: realidade e ficção na Literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann”.

Esta obra enfoca a utilização do romance realista como fonte de pesquisa para descrever e explicar a realidade.

Com estes artigos e a resenha esperamos promover maiores reflexões sobre os assuntos apresentados; além de polêmicos, possibilitam a constante discussão, investigação e questionamento sobre os investimentos e os cuidados que nossos governos despendem à educação em todo o território nacional. Este tema e os demais aqui apresentados, sem dúvida, despertam ideias novas para que todos os docentes repensem sua função e seu espaço no campo educacional.

Cláudio Roberto Brocanelli
Henrique Tahan Novaes
Editores

